

Repensando o futuro da democracia em Moçambique: estratégias para a construção de um estado democrático e estável

Resmino Maximiliano *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0000-4106-5650>

RESUMO

Moçambique, uma nação marcada por uma história política complexa, enfrenta desafios substanciais na construção de um Estado democrático e estável. Este estudo tem como objectivo refletir como o país pode repensar seu futuro democrático, por meio de uma análise crítica do estado atual da democracia, da identificação dos principais obstáculos e da formulação de estratégias de fortalecimento democrático. Para isso, recorre-se a uma revisão bibliográfica fundamentada em uma reflexão crítica. O problema central reside na necessidade urgente de fortalecer a democracia moçambicana, num contexto marcado por pobreza, desigualdades sociais e episódios de conflito. Esses fatores fragilizam as instituições e dificultam a consolidação de uma cultura democrática saudável. A conclusão do estudo destaca a importância da construção de um Estado verdadeiramente democrático e estável, enfatizando que as estratégias propostas possuem o potencial de catalizar mudanças e duradouras no panorama político e social do país.

PALAVRAS - CHAVE

Democracia; Estabilidade; Governança; Participação.

Rethinking the Future of Democracy in Mozambique: Strategies for Building a Democratic and Stable State

ABSTRACT

Mozambique, a nation marked by a complex political history, faces substantial challenges in building a democratic and stable state. This study aims to reflect on how the country can rethink its democratic future, through a critical analysis of the current state of democracy, the identification of the main obstacles and the formulation of strategies to strengthen democracy. For this, a bibliographic review based on a critical reflection is used. The central problem lies in the urgent need to strengthen Mozambican democracy, in a context marked by poverty, social inequalities and episodes of conflict. These factors weaken institutions and make it difficult to consolidate a healthy democratic culture. The conclusion of the study highlights the importance of building a truly democratic and stable state, emphasizing that the proposed strategies have the potential to catalyze lasting changes in the country's political and social panorama.

KEYWORDS

Democracy; Stability; Governance; Participation.

* é natural de Maúa província do Niassa. Entre 2022 e 2025 Doutorando em Ciências Políticas e Relações Internacionais na Universidade Católica de Moçambique-Quelimane. Anteriormente, entre 2019 e 2021, concluiu o Mestrado em Administração Pública na mesma, Extensão de Gurué, Entre 2011 e 2016, frequentou e concluiu a licenciatura em Língua Portuguesa no Centro de Ensino à Distância de Milange, também na Zambézia. Actualmente exerce funções de docente no Instituto de Educação à Distância da Universidade Católica de Moçambique, em Milange, e como escriturário no Comando do 5º Regimento da Polícia de Fronteiras. E-mail: resmimunteia@gmail.com

Kutafakari upya Mustakabali wa Demokrasia nchini Msumbiji: Mikakati ya Kujenga Jimbo Imara na la Kidemokrasia

MUHTASARI

Msumbiji, taifa lililo na historia tata ya kisiasa, linakabiliwa na changamoto kubwa katika kujenga taifa la kidemokrasia na tulivu. Utafiti huu unalenga kutafakari jinsi nchi inavyoweza kufikiria upya mustakabali wake wa kidemokrasia, kuititia uchanganuzi wa kina wa hali ya sasa ya demokrasia, kubainisha vikwazo vikuu na uundaji wa mikakati ya kuimarisha demokrasia. Kwa hili, mapitio ya biblia kulingana na tafakari ya kina hutumiwa. Tatizo kuu liko katika hitaji la dharura la kuimarisha demokrasia ya Msumbiji, katika muktadha unaoangaziwa na umaskini, kukosekana kwa usawa wa kijamii na vipindi vya migogoro. Mambo haya yanadhoofisha taasisi na kufanya iwe vigumu kuunganisha utamaduni wa kidemokrasia wenye afya. Hitimisho la utafiti linaangazia umuhimu wa kujenga Nchi yenye demokrasia na utulivu wa kweli, na kusisitiza kwamba mikakati inayopendekezwa ina uwezo wa kuchochearia mabadiliko ya kudumu katika hali ya kisiasa na kijamii nchini.

MANENO MUHIMU

Demokrasia; Utulivu; Utawala; Kushiriki

Introdução

Moçambique, situado na costa sudoeste da África, é uma nação que carrega consigo uma trajetória histórica marcada por lutas de libertação, conflitos armados e processos políticos desafiadores. Desde a conquista da independência em 1975, o país tem buscado consolidar um Estado democrático e funcional. No entanto, apesar dos avanços institucionais e da adoção do multipartidarismo na década de 1990, persistem inúmeros desafios que comprometem a efetividade e a estabilidade da democracia moçambicana.

Este estudo propõe-se a analisar criticamente atual da democracia em Moçambique, com o intuito de repensar estratégias variáveis para seu fortalecimento. A pesquisa pauta-se numa revisão da literatura especializada e em uma reflexão crítica, utilizando como metodologia a consulta de bibliográfica para fundamentar os argumentos apresentados. O objetivo central é identificar os principais entraves à consolidação democrática, como a pobreza estrutural, as desigualdades sociais persistentes, os conflitos políticos e armados, e a fragilidade das instituições públicas.

O contexto problemático que motiva esta investigação reside na necessidade urgente de promover reformas políticas e sociais que favoreçam uma cultura democrática inclusiva e participativa. A democracia em Moçambique continua vulnerável a práticas autoritárias, à corrupção e à exclusão de setores significativos da população nos processos decisórios, o que reforça a importância de refletir criticamente sobre o presente e projectar alternativas para o futuro.

...

Ao último, o estudo conclui que a construção de um Estado democrático e estável em Moçambique requer esforços coordenados, tanto do Estado quanto da sociedade civil, com base em princípios de justiça social, transparência e inclusão. As estratégias recomendadas têm o potencial de gerar transformações positivas e contribuir para a consolidação de uma democracia sólida, resiliente e centrada nos direitos e na dignidade do cidadão.

O artigo está estruturado em três (3) partes a destacar: a primeira parte corresponde à introdução, na qual apresentados o tema, os objetivos a serem atingidos, a justificativa e a metodologia utilizada para sua efetivação. A segunda parte aponta-se ao desenvolvimento, no qual são debatidos os conteúdos que fundamentam o tema. A terceira parte compreende a conclusão, onde são apresentadas as considerações finais, seguida das referências bibliográficas.

1. Democracia, Estabilidade e Governança

O conceito de democracia, assim como os de estabilidade e governança em Moçambique, são objeto de intensas controvérsias, tanto no plano interno quanto no cenário internacional. Estas controvérsias decorrem de interpretações divergentes sobre o grau de consolidação democrática, a funcionalidade das instituições estatais e a efetividade das práticas de governança, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, instabilidade política e fragilidade institucional.

Como destaca Rosenau (2000) oferece uma perspectiva incluinte sobre democracia. Para ele, a democracia engloba a proteção dos direitos humanos, a participação do cidadão e a transparência governamental. Partindo do pressuposto do autor acima citado, entende-se que o **inclusivo de democracia** a Moçambique, fica evidente que **existem estruturas formais democráticas**, mas a **prática ainda é limitada** a por desigualdades sociais, fragilidade institucionais e uma cultura política de centralização do poder. Para fortalecer a democracia no país, é essencial **garantir direitos reais a todos, estimular a participação cidadã contínua e promover uma cultura de transparência e responsabilidade pública**. Conforme atesta Dahl (1997, p.31).

A democracia poderia ser concebida como um regime localizado no canto superior direito [contemplando a contestação pública e a participação]. Mas como da pode envolver mais dimensões do que as duas [contestação pública e participação], e como [...] nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado, prefiro chamar os sistemas mundiais reais que estão mais perto do canto superior direito de poliarquias.

...

É certo, sem fugir da realidade do raciocínio do autor, coloca uma condição afirmado sobre uma democracia gradual sugerindo o conceito de **poliarquia** como o regime mais próximo da democracia ideal no mundo real. Em vez de classificar os sistemas políticos de forma binária democrático. Ele usa um modelo de constatação pública e a participação inclusiva. Nesse contexto, como nenhum sistema real atinge plenamente todos os ideais democráticos consolidados mais imperfeitas. No caso do exemplo de Moçambique, embora existam eleições regulares e multipartidarismo, limitações à liberdade de expressão, à camada política e a falta da transparência da luz do dia colocam em uma situação intermediária e distante de poliarquica.

A democracia representativa é um modelo de governo em que os cidadãos elegem representantes para tomar em seu nome. Dahl (1997, p. 26), a democracia na forma representativa requer “a qualidade” de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsável a todos os seus cidadãos. Nisso, destaca que a democracia representativa em Moçambique seja legítima e eficaz, ela precisa garantir que as decisões políticas tomadas pelos representantes estejam alinhadas com interesses, necessidades e direitos do cidadão um todo.

Outrossim, a democracia em Moçambique na forma representativa, esclarece que o país adota um modelo de democracia onde o povo elege representantes para governar em seu nome, requer a **qualidade**, em que o governo só sustentado democraticamente se tiver essa característica essencial ser inteiramente responsável, de democracia perfeita não existe, mas o sistema deve buscar responder ao máximo possível às vontades dos cidadãos.

Além da falta de representação presente nas próprias estruturas do sistema eleitoral “o peso desmensurado do poder económico a corrupção relacionada ao financiamento de campanhas, a desproporcionalidade na tradução de votos em cadeiras entre outro, questionam o parlamento como espaço de representação” (Loureiro, 2009, p.63). Essa definição do autor, ao nível de Moçambique como por exemplo, nos remete a consciência que reflete as falhas do sistema democrático, em sistemas eleitorais que não dispõe uma representação proporcional e estável. Essa falha pode ser atribuída ao desequilíbrio entre o poder económico e a verdadeira disposição popular.

Segundo Waterhouse (2010) amplia nosso entendimento, introduzindo a estabilidade económica como um elemento crucial. Ele a define a vulnerabilidade económica, que abrange desigualdades e choques externos, como uma ameaça ao

desenvolvimento sustentável. A estabilidade económica em Moçambique, sendo como facilitador da democracia, ela pode levar a cabo a agitação política, prejudicando a estabilidade económica geral do país.

Essa relação entre estabilidade económica e política é evidente. Ambas são fundamentais para a democracia e a Governança eficaz, e a instabilidade em um limite pode afetar adversamente a outra. Santos (1997) explora a Governança, destacando sua importância para a democracia e a estabilidade. Segundo ele, a Governança está relacionada à capacidade do Estado de criar e implementar políticas públicas eficazes, bem como de manter uma relação construtiva entre os poderes Executivo e Legislativo. A Governança eficaz é fundamental para a estabilidade e a democracia.

Essa junção entre Governança, estabilidade e democracia é evidente. Uma Governança eficaz é fundamental para a estabilidade e a democracia, enquanto a falta de Governança pode minar ambos os elementos. Por outro lado, a participação do cidadão é essencial para uma democracia saudável. Simione e Ckagnazaroff (2017) destacam a importância do envolvimento da sociedade civil na gestão municipal em Moçambique.

Assim sendo, a participação ativa dos cidadãos é fundamental para garantir que as políticas governamentais sejam responsáveis às necessidades da população. A sociedade civil desempenha um papel crucial como contrapeso ao poder governamental, promovendo a transparência e garantindo a prestação de contas. Ela fortalece a ligação entre Governança e democracia, criando um ambiente em que a Governança eficaz pode florescer.

Assim, o conhecimento das definições de democracia, estabilidade e Governança abordadas por Rosenau (2000), Dahl (1997), Waterhouse (2010), Santos (1997) e Simione e Ckagnazaroff (2017) enfatizam a controvérsia das definição dos conceitos entre esses elementos em Moçambique. A democracia não é incluente existe estruturas formais, mas no concreto é limitada a não abrangência de direitos humanos, participação do cidadão e transparência.

A estabilidade política e económica é essencial para sua sustentação, enquanto a Governança eficaz e a participação ativa da sociedade civil fortalecem esses pilares. À medida que repensamos o futuro da democracia em Moçambique, é imposição ponderar esses conceitos interligados e buscar cada vez mais estratégias que fortaleçam cada um deles para alcançar uma democracia duradoura e estável consoante como o governo tem empenhado cada dia um esforço meramente pela uma democracia saudável.

2. Desafios à Democracia em Moçambique

A análise profunda dos desafios que a democracia depara em Moçambique, com base nas perspectivas dos diversos autores citados, revela uma complexa teia de interconexões entre questões políticas, sociais e económicas que impactam a saúde do sistema democrático em Moçambique.

Em primeiro lugar, a governança ineficaz, como apontado por Gonçalves (2005) e Santos (1997), emergem como obstáculos significativos para o fortalecimento da democracia moçambicana. A governança ineficaz compromete a capacidade do Estado de formular e implementar políticas públicas eficazes, enfraquecendo assim a governabilidade. Ainda por sua vez, mina a confiança dos cidadãos no sistema político, prejudicando a falta de transparência governamental, um pilar fundamental da democracia. A carência entre este desafio é certeza, uma vez que a falta de transparência governamental muitas vezes é um sintoma de governança ineficaz no país.

Em segundo lugar, a participação do cidadão limitada e uma sociedade civil frágil representam desafios adicionais para a democracia em Moçambique. A participação ativa dos cidadãos é essencial para garantir que as políticas governamentais sejam responsivas às necessidades da população, como destacado por Simione e Ckagnazaroff (2017). Portanto, a sociedade civil muitas vezes encontra obstáculos para operar livremente, devido a restrições à liberdade de expressão e reunião. A conexão entre esses desafios é evidente, uma vez que uma sociedade civil enfraquecida limita a capacidade dos cidadãos de se envolverem ativamente na política e na Governança.

Terceiro, a pobreza e a desigualdade, conforme debatido por Chichava (2010) e Forquilha (2010), são fatores que ameaçam tanto a estabilidade quanto a democracia em Moçambique. A persistência da pobreza pode levar a agitação social e política, minando a estabilidade interna do país. A desigualdade de acesso aos recursos e oportunidades sociais cria divisionismo na sociedade, causando a capacidade de todos os cidadãos de participarem igualmente no processo democrático. Novamente, esses desafios estão interligados, pois a desigualdade frequentemente sustenta a pobreza e a instabilidade.

Em quarto lugar, a narrativa de violência sobre a construção da nação em Moçambique, conforme explorada por Meneses (2015), apresenta desafios únicos para a democracia. A história de conflitos e violência no país cria obstáculos para a construção de uma nação coesa e estável. Além disso, a vulnerabilidade a choques externos, como

desastres naturais, como apontado por Waterhouse (2010), coloca pressão adicional sobre as instituições democráticas e a capacidade do governo de atender às necessidades dos cidadãos.

Esses desafios não existem isoladamente; eles estão intrinsecamente interconectados. Por exemplo, a governança ineficaz frequentemente contribui para a perpetuação da pobreza e da desigualdade, gerando um ciclo que mina a estabilidade interna. Ainda a má governança, também prejudica a capacidade do governo de lidar com a vulnerabilidade a choques externos, tornando o país mais suscetível a crises.

A participação do cidadão limitada e uma sociedade civil frágil afetam diretamente a capacidade da população de pressionar por uma governança mais eficaz e transparente. Além disso, a falta de participação ativa dos cidadãos pode tornar mais difícil a abordagem eficaz de problemas como a pobreza e a desigualdade no país.

3. Estratégias de Fortalecimento Democrático

A concretização das estratégias para fortalecer a democracia em Moçambique requer uma abordagem cuidadosamente planeada e adaptada à realidade do país. A promoção de eleições justas e transparentes pode ser realizada por meio da implementação de mecanismos de supervisão independente e da adoção de tecnologias eleitorais avançadas. Borowczak e Weimer (2012) destacam a importância do apoio internacional à organização de eleições livres e justas em Moçambique. Isso envolve o manejamento independente das eleições, a garantia da liberdade de imprensa e a promoção de uma cultura política que valorize a participação eleitoral.

A participação do cidadão ativa desempenha um papel crucial na construção de uma democracia saudável. Simione e Ckagnazaroff (2017) enfatizam a importância do envolvimento da sociedade civil e dos cidadãos na gestão municipal. Estratégias práticas incluem a promoção de espaços para o diálogo entre o governo e a sociedade civil, a capacitação dos cidadãos para participarem ativamente na tomada de decisões e o incentivo à representação inclusiva de diversos grupos da sociedade.

A transparência governamental e a prestação de contas são fundamentais para a democracia. Santo (1997) discute que a criação de capacidade governativa e a relação construtiva entre os poderes Executivo e Legislativo são elementos-chave nesse processo. Estratégias práticas envolvem a implementação de medidas para garantir que as informações governamentais sejam acessíveis ao público, o fortalecimento dos

mecanismos de auditoria e controle, bem como a responsabilização efetiva de funcionários públicos envolvidos em atos não abonatórios.

O fortalecimento das instituições democráticas é um aspecto crucial para a consolidação da democracia. Isso inclui a promoção de uma administração pública eficaz e imparcial. Gonçalves (2005) argumenta que uma Governança eficaz está relacionada à capacidade do Estado de implementar políticas públicas de forma eficiente. Estratégias práticas envolvem o investimento em treinamento e desenvolvimento de funcionários públicos, bem como a promoção de normas éticas e profissionais no serviço público.

A resolução de conflitos e a construção de consenso podem ser facilitadas por meio de processos de diálogo inclusivos e com a participação de mediadores neutros. Um exemplo notável é o da África do Sul, que utilizou a Comissão da Verdade e Reconciliação para abordar questões relacionadas ao apartheid. A mediação internacional também desempenhou um papel importante na resolução de conflitos em países como a Libéria e a Costa do Marfim.

Conclusão

A construção de um Estado democrático e estável em Moçambique é uma tarefa complexa e multifacetada, que exige uma análise profunda das condições políticas, sociais e económicas do país. Ao longo deste artigo, destacamos diversos postos-chave baseados na literatura revisada. Primeiramente, enfatizamos que a democracia abrange a proteção dos direitos humanos, a participação do cidadão e a transparência governamental. A estabilidade política e económica também desempenha papéis cruciais na construção de uma democracia sólida.

Nossa revisão também destacou a importância da governança eficaz, da participação do cidadão ativa e da promoção da transparência e prestação de contas. Além disso, ressaltamos a necessidade de fortalecer as instituições democráticas e de resolver conflitos de forma pacífica. A resposta à questão de pesquisa "Como Moçambique pode repensar seu futuro democrático?" reside na implementação de estratégias práticas baseadas nas análises da literatura e nos resultados de pesquisas anteriores. Estas estratégias incluem a promoção de eleições livres e justas, o fomento da participação do cidadão ativa, o aumento da transparência e prestação de contas, o fortalecimento das instituições democráticas e a resolução de conflitos e construção de consenso.

...

É fundamental compreender que a construção de um Estado democrático e estável em Moçambique é um processo contínuo e desafiador. No entanto, as estratégias propostas com base na literatura revisada têm o potencial de catalisar mudanças positivas e contribuir para uma democracia mais sólida e inclusiva.

Contudo, a importância de construir um Estado democrático e estável em Moçambique não pode ser subestimada. Uma democracia forte não apenas garante os direitos e as vozes dos cidadãos, mas também promove o desenvolvimento sustentável e a estabilidade política. Esperamos que as estratégias apresentadas neste artigo sirvam como um guia valioso para todos os envolvidos no processo de fortalecimento democrático em Moçambique, e que o país possa, de fato, repensar seu futuro democrático em direção a um horizonte mais promissor.

Referências

- BOROWCZAK, W.; WEIMER, B. (2012). Andar com bengala emprestada revisitado: apoio internacional à descentralização em Moçambique, 1995-2011, In: Weimer , B. (Org.). **Descentralizar o centralismo? Economia política, recursos e resultados.** Maputo; IESE, pp. 103-162.
- Chichava, S. (2010). “Por que Moçambique é pobre?” Uma análise do discurso de Armando Gebuza sobre a pobreza. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (Eds.), **Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique.** Maputo: IESE, pp. 45-65.
- Dahl, R.A. (1997). **Polarquia:** Participação e Oposição São Paulo: Edusp, p.31.
- Forquilha, S. C. (2010). Reformas de descentralização e redução da pobreza num contexto de estado neo-patrimonial: Um olhar a partir dos conselhos locais e OIIL em Moçambique. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (Eds.), **Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique.** Maputo: IESE, p.120.
- Gonçalves, A. (2005). **O conceito de governança.** Trabalho apresentado no XIV Congresso Nacional do Conpedi – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito-Fortaleza.
- Loureiro, M. R. (2009). Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol.1, p.63-93. Disponível em:<https://periodicos.unb.br/index.php/article/www/1530/>.

Resmino Maximiliano, Repensando o futuro da democracia em Moçambique:....

- Macamo, E. (2014). Cultura Política e Cidadania em Moçambique: Uma Relação Conflituosa. In L. de Brito, C.N. Catel –Branco, S. Chichava & A.Francisco (Org.). **Desafios para Moçambique** 2014. Maputo: IESE.pp.41-60.
- Macuacua, E. (2023). **Riscos do Sistema Político Moçambicano**. Maputo: Editora Escolar.
- Meneses, M. P. (2015). Xiconhoca, o Inimigo: Narrativas de Violência sobre a Construção da Nação em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Memórias de Violências: Que Futuro para o Passado?, v.106, 9-52.
- Ribeiro, G. M. (s.d.). O Senso Comum e a Política em Moçambique. In **Vozes do Universo Rural**. Publicado por Reescrevendo o Estado em África.
- Rosenau, J. N. (2000). Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In J. N. Rosenau& E.-O. Czempiel (Eds.), **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, pp.11- 46.
- Simione, A. A., &Ckagnazaroff, I. B. (2017).Governança Participativa em Moçambique: Dinâmicas do Envolvimento dos Cidadãos na Gestão Municipal na Cidade de Xai-Xai. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MC, Brasil, 9(1). p.1-10. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo oa?id=351557758010>.DOI:<https://doi.org/10.21118/apgs.v9i1.1185>
- Waterhouse, R. (2010). Vulnerabilidade em Moçambique: Padrões, tendências e respostas. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (Eds.), **Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique**. Maputo: IESE, pp. 99-100.

Recebido em: 23/02/2025

Aceito em: 24/06/2025

Para citar este texto (ABNT): MAXIMILIANO, Resmino. Repensando o futuro da democracia em Moçambique: estratégias para a construção de um estado democrático e estável. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.5, nº 2, p.286-295, jul./dez. 2025.

Para citar este texto (APA): Maximiliano, Resmino (jul./dez.2025). Repensando o futuro da democracia em Moçambique: estratégias para a construção de um estado democrático e estável. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 5 (2): 286-295.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>